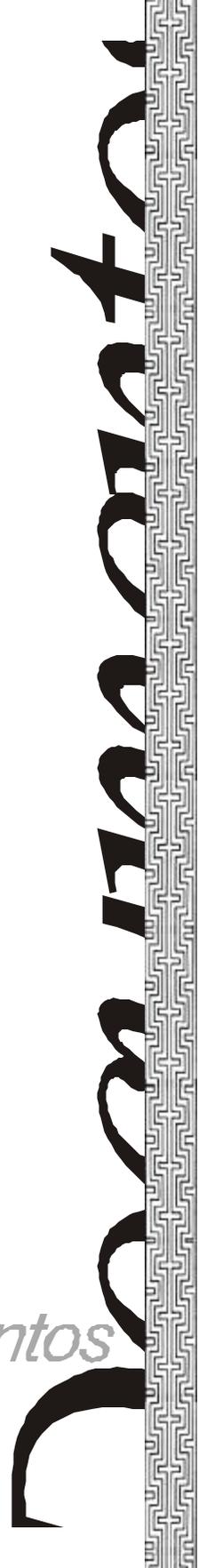


Documentos



Seminário: Políticas de sustentabilidade nas terras indígenas de Mato Grosso do Sul

Os tópicos que seguem expressam algumas conclusões a que chegaram os participantes do Seminário, notadamente os representantes indígenas, a respeito das ações necessárias para alcançar condições de sustentabilidade em Terras Indígenas. Elas foram motivadas por explanações e discussões realizadas nas Mesas-Redondas, no decorrer do Seminário. O documento foi elaborado da seguinte forma: os participantes se agruparam em três mini-plenários, nos quais as discussões foram orientadas a partir de duas questões, a saber, “Quais os principais desafios a serem enfrentados pelos índios?” e “Que ações emergiram ao longo do seminário como mais urgentes e relevantes?”. As conclusões foram registradas e posteriormente apresentadas em plenário, com todos os participantes reunidos. Os registros foram compilados em um único documento.

I No que se refere aos desafios, estes podem ser assim explicitados:

1. Ampliação dos territórios, apoio ao processo de retomadas, demarcação e garantia das terras. É possível pensar em auto-sustentação somente se associada à disponibilidade terra/território e a necessária recuperação ambiental;
2. Recuperação dos sistemas de produção, especialmente de alimentos, buscando diminuir a dependência externa e conseguir maior autonomia;
3. Reestruturação das comunidades indígenas, por meio do fortalecimento de suas relações internas, construindo as políticas indigenistas a partir da ótica dos índios, garantindo-lhes o direito de definir as diretrizes para os projetos e respeitando suas especificidades. Para isso, o fortalecimento de Organizações Indígenas apareceu como um desafio.

II No que se refere às ações mais urgentes e relevantes:

1. Demarcação de terras, cobrando do Estado a devolução das terras para os índios. Encaminhar a luta pela terra nos diversos níveis, por meio de documentos às autoridades, denúncias à opinião pública e ações de retomada das terras tradicionais;
2. Capacitação técnica específica para os índios. Exigir dos governos federal e estadual políticas coerentes, a médio e longo prazo, de recuperação ambiental (floresta, água...) das terras devastadas e enfraquecidas, que estão sendo retomadas. Para isso a capacitação em sistemas agroflorestais;
3. O incentivo às roças familiares, à criação de bancos de sementes, à recuperação e correção do solo, matando o capim colônio e a braquiária, e usando adubação orgânica. O papel das lideranças é fundamental no sentido de estimular a geração de alternativas diversificadas: roça, porco, galinhas, viveiros de ervas medicinais, plantio de hortaliças e árvores frutíferas. As ações dos órgãos públicos devem estar sintonizadas com as necessidades de cada área indígena, principalmente na produção agrícola, garantindo o respeito aos conhecimentos indígenas nos sistemas diversificados de produção e promovendo políticas que efetivamente respeitem as diferenças. Para isso, discutir os projetos governamentais e não governamentais com as comunidades indígenas antes de sua implementação, garantindo, ainda que os insumos adquiridos pelos órgãos públicos sejam de qualidade (sementes, animais, calcário, a partir da análise do solo). Romper a lógica dos projetos isolados;
4. Formação de técnicos indígenas (e dos órgãos governamentais), incentivo e estímulo aos jovens já capacitados, aproveitando-os nas suas comunidades. Capacitação para o uso adequado do maquinário (trator) para melhor manutenção e capacitação para o mercado. Troca de experiência entre os índios e não-índios, como capacitação a partir das comunidades pelos não-índios. Promover a formação de formadores;
5. Garantir o acesso à educação escolar integral. Ampliar a formação acadêmica para 3º grau em função das necessidades das comunidades indígenas, compreendendo o acesso e a permanência nos níveis de escolarização fundamental, médio e superior como uma política de sustentabilidade, com respeito à diferença dos povos indígenas. Definir quem é o responsável pela oferta do ensino médio: se o Estado sozinho ou em parceria com as demais esferas (federal e municipal). Construir escolas nas comunidades, incluindo todas as demais ações necessárias para a educação;

6. Fortalecer a Comissão de Direitos Indígenas de Mato Grosso do Sul, convocar uma grande Assembléia para pensar o Fórum Indígena Estadual. Criar mecanismos e meios de comunicação e informação entre as comunidades e destas com os aliados – rede de comunicação. Construir uma organização interna orgânica e estrutural, fortalecendo as políticas indigenistas internas, buscando o diálogo entre as comunidades, apoiando a organização e articulação das lutas em todos os níveis, principalmente nas comunidades e entre as comunidades e o povo e em nível de todo o Estado.

III No que se refere a questões mais específicas, sugeriu-se:

1. Promover uma política nutricional emergencial;
2. Fortalecer as parcerias com as universidades para a formação dos indígenas no ensino superior;
3. Construir poços artesianos ou semi-artesianos, favorecendo a irrigação das roças;
4. Valorizar os produtos da arte indígena;
5. Incentivar a medicina alternativa;
6. Contratar (a FUNASA) agentes mulheres para atenderem aos programas de saúde reprodutiva e direito reprodutivo, com capacitação;
7. Comercializar os diversos produtos;
8. Criar o Fórum Estadual Indígena, com apoio da articulação e organização dos órgãos públicos e ONGs.

Recebido em 25 de junho de 2005.

Aprovado para publicação em 20 de agosto de 2005.

